

A ALFABETIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE: METODOLOGIAS, INTERVENÇÕES E RESULTADOS. ONAIDE SCHWARTZ CORREA DE MENDONÇA (UNESP – PRESIDENTE PRUDENTE); CO-AUTORA ANA PAULA RAMALHA DE OLIVEIRA (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO); MAGALI SOARES LOPES (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO); MARA SUZETE PEREIRA CABRAL DO AMARAL (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO)

PROJETOS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A alfabetização tem passado por transformações ao longo do tempo, deixando de ser apenas uma questão de aprender a ler e escrever, transformando-se em uma fonte de conhecimentos de caráter muito mais amplo em que o sujeito adquire a capacidade de pensar e de conscientizar-se de sua participação no mundo letrado, de modo que pode interferir no mundo, assim como o mundo interfere em sua vida.

Entretanto, o domínio da língua escrita, enquanto especificidade da alfabetização, e a participação do aluno no mundo letrado têm se configurado como um grande desafio e um problema considerável para o sistema escolar. Prova disso são os resultados alarmantes do Inaf 2009, quanto ao item escolaridade, que apontam o fato de que 54% dos brasileiros que estudaram até a 4ª série atingem, no máximo, o grau rudimentar de alfabetismo. Outro fato pior ainda é que 10% destes podem ser considerados analfabetos absolutos, apesar de terem cursado de um a quatro anos do ensino fundamental.

Ainda conforme o Inaf, dentre os alunos que cursam ou cursaram da 5ª a 8ª série, apenas 15% podem ser considerados plenamente alfabetizados. Além disso, 24% dos que completaram entre 5ª e 8ª séries do ensino fundamental ainda permanecem no nível mais rudimentar de leitura e escrita. Dos que cursaram alguma série ou completaram o ensino médio, apenas 38% atingem o nível pleno de alfabetismo (o que deveria ter ocorrido para 100% deste grupo). E ainda, somente entre os que chegaram ao ensino superior é que prevalecem (68%) os indivíduos com pleno domínio das habilidades de leitura/escrita e das habilidades matemáticas.

Uma breve análise histórica evidencia que por muito tempo a alfabetização foi considerada apenas como um código de representação da fala, uma mera transposição da linguagem oral para a escrita. Desse modo, alfabetizar consistia apenas em ensinar o aluno a codificar e decodificar sinais gráficos, em um processo puramente mecânico, baseado em concepções

tradicionais de alfabetização. Nesse sentido, a história também registra a descoberta de símbolos, desenhos registrados em ossos, pedras, paredes, entre outros, e esses registros são caracterizados por Cagliari (1998, p. 18) como as mais antigas “cartilhas” da humanidade, uma cartilha que continha apenas o inventário das letras do alfabeto.

Na história moderna, o método das cartilhas foi criado para atender à necessidade de material para ensinar as crianças a ler e escrever, a fim de facilitar essa aprendizagem. Entretanto, as cartilhas apresentavam graves falhas e, apesar dessa metodologia já ter sido ultrapassada, suas características ainda estão sendo reproduzidas por professores nas salas de aula. Mendonça e Mendonça (2007) apresentam alguns dos problemas decorrentes do método das cartilhas, verificando que tal metodologia é inadequada, pois propõe um trabalho descontextualizado, em que a aprendizagem acontece de forma mecânica, ignorando a realidade lingüística dos alunos, visto que não considera suas experiências e saberes prévios adquiridos antes de chegar à escola. Desse modo, vários são os problemas que agravam a metodologia das cartilhas, ao abordar apenas a codificação (escrita) e a decodificação (leitura) de forma mecânica.

Cagliari, enfatizando a real função da alfabetização, aponta que “a alfabetização gira em torno de três aspectos importantes da linguagem: a fala, a escrita e a leitura. Analisando estes três aspectos, tem-se a compreensão melhor de como são as cartilhas ou qualquer outro método de alfabetização”. (1999, p. 82).

Desse modo, considerando as contribuições de Cagliari, é possível dizer que a cartilha não contempla nenhum dos aspectos essenciais da alfabetização. Nesse sentido, Mendonça e Mendonça (2007, p. 36) concluem que,

(...) no método das cartilhas, sob o aspecto da fala, esta não é contemplada, pois ao aluno não é dado o direito de falar, não há espaço para a fala; se a analisarmos sob o ponto de vista da escrita, veremos que tal atividade se reduz a cópias e não há espaço para produções espontâneas, o aluno não tem liberdade para expressar o que pensa (...) sob o aspecto da leitura, veremos que os piores modelos de texto são os apresentados por ela (...).

Portanto, fica explícito que a cartilha não atendia (e não atende) os aspectos necessários à alfabetização, de tal modo que começaram a surgir vários questionamentos sobre este modelo de ensino e, conseqüentemente, a busca de novas propostas educacionais, pois não bastava mais que os

alunos soubessem ler e escrever mecanicamente, mas que soubessem fazer o uso social dessas habilidades nas atividades que requeriam a leitura e a escrita. Assim, a partir do final da década de 80, emergiram novas reflexões e pesquisas sobre o processo de alfabetização, suscitando outras tentativas de trabalhá-la.

Neste contexto surgiram Emília Ferreiro e Ana Teberosky, psicolingüistas argentinas divulgando resultados de pesquisa que iniciaram em 1974. Suas investigações partiram da concepção de que a aquisição do conhecimento se baseia na atividade do sujeito em interação com o objeto de conhecimento e demonstraram que a criança, já antes de chegar à escola, tem idéias e faz hipóteses sobre o código escrito, descrevendo os estágios lingüísticos que percorre até a aquisição da leitura e da escrita.

Essa teoria, formulada e comprovada pelas duas pesquisadoras, foi divulgada pela sua primeira obra publicada no Brasil, em 1986, a *Psicogênese da língua escrita*. Já em nota preliminar dessa edição, anunciam a perspectiva adotada para a realização da sua pesquisa:

(...) Pretendemos demonstrar que a aprendizagem da leitura, entendida como questionamento a respeito da natureza, função e valor deste objeto cultural que é a escrita, inicia-se muito antes do que a escola imagina, transcorrendo por insuspeitados caminhos. Que além dos métodos, dos manuais, dos recursos didáticos, existe um sujeito que busca a aquisição de conhecimento, que se propõe problemas e trata de solucioná-los, segundo sua própria metodologia... insistiremos sobre o que se segue: trata-se de um sujeito que procura adquirir conhecimento, e não simplesmente de um sujeito disposto ou mal disposto a adquirir uma técnica particular. Um sujeito que a psicologia da lecto-escrita esqueceu (...). (FERREIRO & TEBEROSKY, 1986, p.11)

Assim, Ferreiro e Teberosky desenvolveram sua pesquisa com fundamentos psicolingüísticos quando recapitulam o construtivismo, deixando claro que a teoria piagetiana acumulava pesquisas insuficientes para dar conta da linguagem, tendo aí um papel marginal na constituição das competências cognitivas, fazendo com que buscassem, na Psicolingüística, fundamentos para a investigação da Psicogênese da língua escrita.

Dessa forma, partem do pressuposto de que todo o conhecimento tem uma gênese, e fazem as seguintes questões: Quais as formas iniciais do conhecimento da língua? Quais os processos de conceitualização do sujeito (idéias do sujeito + realidade do objeto de conhecimento)? Como a criança chega a ser um leitor, no sentido das formas terminais de domínio da base alfabética da língua escrita?

Essas indagações vão sendo respondidas, em seus experimentos, nos quais descrevem a criança, imersa num mundo onde há a presença de sistemas simbolicamente elaborados, como a escrita, procurando compreender a natureza dessas marcas especiais. Nesta busca, o aprendiz vai elaborando um sistema de representação através de um processo construtivo. Há uma progressão regular nos problemas que enfrenta e nas soluções que encontra, para descobrir a natureza da escrita (ordem de progressão de condutas, determinadas pela forma como o aluno vivencia, no momento, o conhecimento).

Ferreiro & Teberosky (1986) desenvolvem também aspectos propriamente lingüísticos da Psicogênese da língua escrita, quando descrevem o aprendiz formulando hipóteses a respeito do código, percorrendo um caminho que pode ser representado nos níveis pré-silábico, silábico, silábico-alfabético, alfabético. Essa construção, demonstra a pesquisa, segue uma linha regular, organizada em três grandes períodos: 1º) o da distinção entre o modo de representação icônica (imagens) ou não icônica (letras, números, sinais); 2º) o da construção de formas de diferenciação, controle progressivo das variações sobre o eixo qualitativo (variedade de grafias) e o eixo quantitativo (quantidade de grafias). Esses dois períodos configuram a fase pré-lingüística ou pré-silábica; 3º) o da fonetização da escrita, quando aparecem suas atribuições de sonorização, iniciado pelo período silábico e terminando no alfabético.

Essa aprendizagem segue um processo que poderíamos descrever com Weisz, como:

[a criança] começa diferenciando o sistema de representação da escrita do sistema de representação do desenho. Tenta várias abordagens globais [hipótese pré-silábica], numa busca consistente da lógica do sistema, até descobrir - o que implica uma mudança violenta de critérios - que a escrita não representa o objeto a que se refere e sim o desenho sonoro do seu nome. Neste momento costuma aparecer uma hipótese conceitual que atribui a cada letra escrita uma sílaba oral. Esta hipótese [hipótese silábica] gera inúmeros conflitos cognitivos, tanto com as informações que recebe do mundo, como com as hipóteses de quantidade e variedade mínima de caracteres construída pela criança. (1988, p. 73)

E, a seguir, com Ferreiro, quando esta enfatiza que novas informações

(...) vão desestabilizando a hipótese silábica até que a criança tem coragem suficiente para se comprometer em seu novo processo de construção. O período silábico-alfabético marca a transição entre os esquemas prévios em vias de serem abandonados e os esquemas futuros em vias de serem construídos. Quando a criança descobre que a sílaba não pode ser considerada como unidade, mas que ela é, por sua vez, reanalisável em elementos menores, ingressa no último passo da compreensão do sistema socialmente estabelecido. E, a partir daí, descobre novos problemas: pelo lado quantitativo, se não basta uma letra por sílaba, também não pode estabelecer nenhuma regularidade duplicando a quantidade de letras por sílaba (já que há sílabas que se escrevem com uma, duas, três ou mais letras); pelo lado qualitativo, enfrentará os problemas ortográficos (a identidade de som não garante a identidade de letras, nem a identidade de letras a de som). (1985, p. 13-14)

Portanto, a Psicogênese da língua escrita descreve como o aprendiz se apropria dos conceitos e das habilidades de ler e escrever, mostrando que a aquisição desses atos lingüísticos segue um percurso semelhante àquele que a humanidade percorreu até chegar ao sistema alfabético, ou seja, o aluno, na fase pré-silábica do caminho que percorre até alfabetizar-se, ignora que a palavra escrita representa a palavra falada, e desconhece como essa representação se processa. Precisa então responder a duas questões: o que a escrita representa e o modo de construção dessa representação.

No *nível pré-silábico*, em um primeiro momento, o aprendiz pensa que pode escrever com desenhos, rabiscos, letras ou outros sinais gráficos, imaginando que a palavra assim escrita representa a coisa a que se refere.

Há um avanço, quando se percebe que a palavra escrita representa não a coisa diretamente, mas o nome da coisa. Ao aprender as letras que compõem o próprio nome, o aprendiz percebe que se escreve com letras que são diferentes de desenhos.

Entretanto, ainda neste nível, mesmo após tomar consciência de que se escreve com letras, o aprendiz tenderá a grafar um número de letras, indiscriminado, sem antecipar quantos e quais caracteres precisará usar para registrar palavras. Por exemplo, quando o professor pedir que escreva *gato*, poderá escrever *RARDICO*, normalmente limitando-se a usar apenas um pequeno inventário de letras, como as de seu nome (RICARDO, por ex.), sem correspondência sonora alguma.

Somente quando for questionado sobre a quantidade de vezes que abrimos a boca para pronunciar determinada palavra é que o aluno começará

a antecipar a *quantidade de letras* que deverá registrar para escrever. Neste momento, o aluno avança para o próximo nível de escrita, o silábico, sem valor sonoro, pois de início, grafará uma letra para cada sílaba, entretanto, seu registro não terá correspondência sonora. Para a palavra BONECA, poderá grafar IOD, por exemplo.

Assim, a passagem para o *nível silábico* é feita com atividades de vinculação do discurso oral com o texto escrito, da palavra escrita com a palavra falada. O aprendiz descobre que a palavra escrita representa a palavra falada, acredita que basta grafar uma letra para se poder pronunciar uma sílaba oral, mas só entrará para o nível silábico, com correspondência sonora, à medida que seus registros apresentarem esta relação, por exemplo, para MENINO grafar, MIO (M=me, I=ni, O=no), para GATO, GO (G=ga, O=to), BEA (B=bo, E=ne, A=ca) para BO-NE-CA, e assim por diante.

Quando o alfabetizando compreende as relações entre consoantes e vogais para a composição da sílaba atinge o *nível alfabético*. Neste nível o aprendiz analisa na palavra suas vogais e consoantes. Acredita que as palavras escritas devem representar as palavras faladas, com correspondência absoluta de letras e sons. Já estão alfabetizados, porém irão ter conflitos sérios, ao comparar sua escrita alfabética e espontânea com a escrita ortográfica, em que se fala de um jeito e se escreve de outro (ex: /leitich/ X leite).

A Psicogênese da língua escrita foi introduzida no Brasil, para contribuir na melhoria da qualidade da alfabetização, e adotada pelos mais importantes sistemas públicos de ensino. Abalou as crenças e os fundamentos da alfabetização tradicional, mudando drasticamente a linha de ensino das escolas e levando os professores a um grande conflito metodológico.

Porém, conhecimentos que poderiam contribuir para a aprendizagem dos alunos foram equivocadamente interpretados e as conseqüências dos equívocos estão até hoje nas escolas.

Segundo Mendonça e Mendonça (2007) dentre os equívocos mais comuns estão: a definição de alfabetização (Alfabetização ou Letramento?), a crença de que os alunos aprendem a escrever só de ver o professor escrevendo na lousa; que não é preciso ensinar, pois a criança aprende sozinha (língua é código, portanto precisa ser ensinada); pedir ao aluno que escreva do “seu jeito” não só durante a Educação Infantil, mas também durante a alfabetização no Ensino Fundamental; o salto entre atividades de

nível pré-silábico para as de nível alfabético, sem apresentar a sílaba por preconceito; a crença de que não se pode corrigir o aluno e, como a teoria construtivista afirma que é o sujeito que constrói seu conhecimento, o professor não poder intervir no processo, e outros.

Entretanto, para a execução deste Projeto nos limitaremos a investigar nos materiais didáticos utilizados pela rede de Presidente Prudente se ocorre apenas o primeiro equívoco decorrente da má interpretação da Psicogênese da língua escrita, o que diz respeito à definição de alfabetização.

Os objetivos do Projeto são:

- Levantar junto à Secretaria de Educação de Presidente Prudente quais são os materiais e metodologias que vem sendo utilizadas na rede municipal para a alfabetização de crianças da 1ª série do Ensino Fundamental.
- Analisar estes materiais verificando a sua adequação aos seus objetivos, observando se os materiais indicados desenvolvem atividades recomendadas à alfabetização, ao letramento, ou à alfabetização e letramento;
- Discutir com os profissionais participantes do projeto os diferentes fundamentos lingüísticos e metodológicos para a alfabetização.
- Propor novas estratégias, bem como a elaboração de atividades, adequadas tanto à promoção da alfabetização como do letramento, a partir de proposta metodológica desenvolvida pela coordenadora deste projeto, adequando à realidade da clientela escolar.
- Orientar a aplicação de novas propostas de ensino e materiais em escolas da rede municipal, a serem definidas pela Secretaria de Educação de Presidente Prudente, com a finalidade de mostrar que existem estratégias específicas capazes de alfabetizar crianças das camadas populares no período de um ano letivo.

Definir e distinguir alfabetização, de letramento, é de suma importância, pois são dois processos diferentes e da sua compreensão dependerão os resultados da alfabetização em sala de aula. Assim, compreender a natureza de cada processo é essencial, pois só de posse desse conhecimento o professor terá condições de decidir sua metodologia de ensino, em função dos objetivos a serem alcançados.

Em seu artigo “Letramento e Escolarização”, Soares (2003) define Alfabetização,

(...) tomando-se a palavra em seu sentido próprio como o processo de aquisição da “tecnologia da escrita”, isto é, do conjunto de técnicas - procedimentos, habilidades – necessárias para a prática da leitura e da escrita: as habilidades de codificação de fonemas em grafemas e de decodificação de grafemas em fonemas, isto é, o domínio do sistema de escrita (alfabético, ortográfico); (...) habilidades de uso de instrumentos de escrita (lápis, caneta, borracha, corretivo, régua, de equipamentos como máquina de escrever, computador...), habilidades de escrever ou ler seguindo a direção correta na página (de cima para baixo, da esquerda para a direita), habilidades de organização espacial do texto na página, habilidades de manipulação correta e adequada dos suportes em que se escreve e nos quais se lê - livro, revista, jornal, papel sob diferentes apresentações e tamanhos (folha de bloco, de almanaque, caderno, cartaz, tela do computador...). Em síntese: alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita. (2003, p.80)

Nota-se que existem aspectos específicos que não podem ser desprezados, na alfabetização. É importante que o alfabetizador desenvolva atividades específicas da alfabetização, que não podem ser esquecidas e relegadas a segundo plano, pois nelas existem elementos que irão garantir ao aluno o domínio da base alfabética e, portanto, a compreensão do sistema de escrita.

Por outro lado, temos o Letramento, conceituado por Soares (2003) da seguinte forma:

Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se letramento, que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos – para informar ou informar-se, para interagir com outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à catarse....; habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos; habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou de lançar mão desses protocolos, ao escrever; atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e prazer em ler e escrever, sabendo utilizar a escrita para encontrar ou fornecer informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetos, o interlocutor.... (2003, p. 80)

Desse modo, a definição de Soares demonstra que Letramento refere-se aos usos de competências de leitura e de escrita por um indivíduo que já domina o código. Alfabetização e Letramento constituem, portanto, dois processos diferentes, em termos de processos cognitivos e de produtos, porém são indissociáveis.

Portanto, o ideal seria que o alfabetizador conseguisse alfabetizar e letrar ao mesmo tempo como propõem Soares (2003), Mendonça e Mendonça (2007). Essas propostas consistem em desenvolver o processo de alfabetização simultaneamente ao envolvimento dos alunos em práticas sociais de leitura e de escrita, como indicado no Método Sociolingüístico de Alfabetização (MENDONÇA e MENDONÇA, 2007).

Nesse contexto, a falta de metodologias de alfabetização tem sido um grande desafio para professores, já que os objetivos da alfabetização passam pela necessidade do aluno adquirir conhecimentos, propor problemas, criar hipóteses e encontrar caminhos coerentes para ampliar sua aprendizagem. O grande problema é que as propostas sugeridas nos últimos 20 anos em nosso país não têm conseguido desenvolver essas especificidades, como fica demonstrado pelos índices do INAF. Na verdade, hoje a escola pública está produzindo analfabetos (MENDONÇA e MENDONÇA, 2007).

Desse modo, o problema que gerou a inquietação motivando esse projeto, consiste no questionamento sobre a razão pela qual, apesar de a alfabetização ter passado por uma série de mudanças, tanto teóricas quanto metodológicas, seu ensino ainda é ineficaz, pois a escola não consegue ensinar o aluno levando-o ao domínio das habilidades de ler e escrever.

Assim, o foco deste trabalho consiste em analisar os materiais que vem sendo utilizado pelo município de Presidente Prudente a fim de investigar a sua adequação à alfabetização, considerando tanto os aspectos relativos à alfabetização como ao letramento, através do estabelecimento de um estudo comparativo entre as atividades propostas e as concepções de Soares (2003) e Mendonça (2007).

Paralelamente a esse estudo bibliográfico a coordenadora desse projeto oferecerá curso e assessoria aos profissionais interessados em desenvolver uma nova proposta de alfabetização, capaz de alfabetizar em um ano letivo desenvolvendo também o letramento.

O curso de extensão terá 30 horas e será destinado a alfabetizadores e profissionais (orientadores/coordenadores pedagógicos) da Secretaria de Educação, do qual os bolsistas participarão. Aqui, além de desenvolver fundamentos lingüísticos se abrirá espaço para reflexões e discussões sobre o tema. Na sequência serão realizados encontros quinzenais de toda a equipe, tanto do Projeto como da Secretaria municipal, em reuniões de HTP. Os bolsistas estarão nas escolas três dias da semana

com a finalidade de assessorar os professores/orientadores na elaboração de estratégias de ensino. A equipe do Projeto se reunirá semanalmente para análise, discussões e avaliação do andamento dos trabalhos.

Diante do exposto, o presente projeto mostra-se relevante, ao passo que propiciará discussões e reflexões acerca de processos de alfabetização e letramento que constituem o alicerce necessário para a participação efetiva do cidadão na atual sociedade, e ainda, oferecerá novas perspectivas e propostas para que as crianças, principalmente com dificuldades de aprendizagem, aprendam a ler e escrever efetivamente na 1ª série do Ensino Fundamental.

Descrição detalhada da proposta

Após ser convidada pela Secretária Municipal de Educação de Presidente Prudente, Profa. Ondina Barbosa Gerbasi, a ministrar cursos para professores alfabetizadores desta rede de ensino, e ao tomar conhecimento das dificuldades enfrentadas relativas à alfabetização de crianças das camadas populares surgiu a necessidade da realização deste projeto.

A Secretaria realiza periodicamente atividades de sondagem que apontam os níveis de conhecimento relativos à aquisição da leitura e da escrita das crianças em processo de alfabetização. Até o momento, os dados apontam índices insatisfatórios de aprendizagem e medidas urgentes precisam ser tomadas para auxiliar os professores para que isso se reverta em benefício dos alunos.

Sabe-se que mitos descritos por Magda Soares ainda estão presentes em sala de aula, fato que contribui para o fracasso escolar. Assim, este projeto visa contribuir com a rede municipal de ensino de Presidente Prudente principalmente auxiliando crianças de escolas periféricas, cuja clientela pertence à classe econômica mais desfavorecida.

Visa oferecer curso de extensão, de 30 horas, a profissionais interessados objetivando promover a sua formação continuada e com isso incentivar a utilização de estratégias adequadas de ensino (já testadas) que acarretam em melhoria da qualidade em sala de aula.

À luz do referencial teórico brevemente exposto na Justificativa, e de outros, durante o curso e demais encontros ao longo do ano pretende-se promover discussões que levem os participantes a refletir criticamente sobre

estratégias de ensino e propostas metodológicas em vigor na rede estadual (SP) e municipal de ensino que podem contribuir, ou não, para a aprendizagem dos alunos. Pretende-se realizar encontros quinzenais com todos os participantes.

Para a realização deste projeto será necessária a contribuição de três bolsistas que analisarão os dados das sondagens disponíveis no início do ano letivo na Secretaria de Educação, para que se tenha conhecimento da realidade de sala de aula quanto aos níveis de aquisição de leitura e escrita, descritos na Psicogênese da língua escrita por Ferreiro e Teberosky.

Os bolsistas analisarão e tabularão os dados de todas as primeiras séries das escolas de ensino fundamental, porém nossa proposta é de acompanhamento de três escolas para que se possa, a cada atividade de sondagem (bimestralmente), comparar a evolução dos alunos, verificando qual escola obteve maior evolução na aquisição de conhecimentos.

As atividades de sondagens serão orientadas pelo coordenador deste projeto e aplicadas pelos professores das respectivas salas de aula. Além de realizar as análises das sondagens ao longo do ano, os bolsistas estarão nas escolas três dias por semana com o objetivo de auxiliar os orientadores (coordenadores pedagógicos) e professores. Os bolsistas não darão aulas, mas ajudarão o professor tirando dúvidas quanto a elaboração e aplicação das atividades discutidas nos encontros quinzenais de todo o grupo.

Cronograma de Atividades

Início e conclusão do trabalho: 03/2011 e 11/2011

- Reuniões com a equipe do projeto para planejamento das atividades a serem desenvolvidas
- Reuniões com a equipe do projeto e com os profissionais da secretaria municipal de educação para apresentação e discussão do projeto
- Curso de extensão
- Orientação da aplicação das estratégias e metodologias de ensino nas escolas
- Produção de material didático/pedagógico para melhoria do ensino/aprendizagem das crianças
- Relatório parcial e final do projeto
- Avaliação do projeto e elaboração do artigo

Ao final, as análises das atividades de sondagem mostrarão os resultados da implementação desta proposta de trabalho, das quais decorrerá o artigo científico.

Concluindo, estamos convencidos de que os resultados desta pesquisa, bem como de nossa experiência na alfabetização de centenas de crianças, jovens e adultos ao longo de mais de duas décadas, oferecem alternativa efetiva aos educadores, comprometidos com a formação de cidadãos críticos e competentes para a construção de uma sociedade mais justa.

Referências bibliográficas

CAGLIARI, Gladis Massini e CAGLIARI, Luiz Carlos. **Diante das Letras**. São Paulo: ALB e Mercado de Letras, 1999, 238 p.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Lingüística**. São Paulo: Scipione, 1999, p. 103-117.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana (1986). **Psicogênese da Língua escrita**. Tradução Diana Myriam Lichtenstein et al. Porto alegre: Artes médicas.

FERREIRO, Emília (2001). **Reflexões sobre a Alfabetização**. 18. Ed. São Paulo: Cortez.

_____ (1985). **Com todas as Letras**. São Paulo: Cortez.

FREIRE, Paulo (1989). **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 15. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados.

_____ (1991). **Educação como prática da liberdade**. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GADOTTI, Moacir (1989). **Convite à leitura de Paulo freire**. São Paulo: Scipione.

LEMLE, Miriam (1988). **Guia teórico do Alfabetizador**. 3. ed. São Paulo: Ática.

MENDONÇA, O. S. e MENDONÇA, O. C. **Alfabetização: método Sociolingüístico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante (1988). **A criança na fase inicial da escrita**: a alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez.

SOARES, Magda (2003). **A reinvenção da alfabetização**. Presença pedagógica, Belo Horizonte, v. 9, n. 52, p. 15-21, jul/ago.